



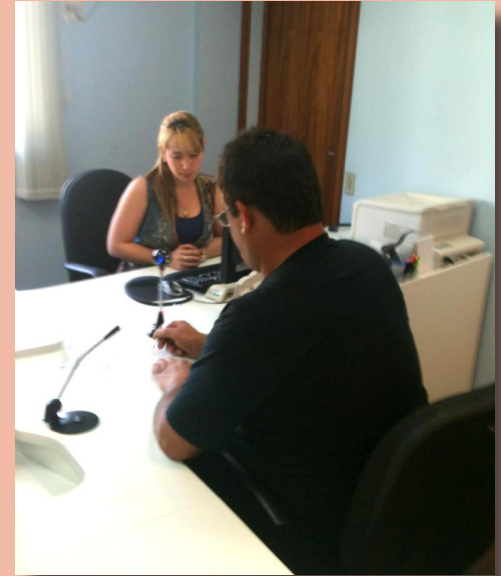
VEREDICTO

Presidência investe em Centrais de Penas Alternativas

O presidente do TJ, des. Cláudio Dutra, pretende instalar Centrais de Penas Alternativas nas principais comarcas do Estado até o final de sua gestão. Para isso, incumbiu à Coordenadoria Estadual de Execução Penal e Violência Doméstica contra a Mulher (Cepevid) a realização de visitas aos Fóruns para viabilizar o projeto – fruto de parceria com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e o Ministério Público.

A desa. Salete Sommariva e o juiz Júlio César Machado Ferreira de Melo, auxiliar da Presidência, são os responsáveis pela tarefa. O ajuste en-

tre os órgãos ficou assim estabelecido: o Estado garante os recursos humanos (profissionais de psicologia, assistência social e administração), o Poder Judiciário cede espaços nos Fóruns e o Ministério Público fornece mobiliário e equipamentos, inclusive de informática. Após Florianópolis e São José, agora foi a vez de Joinville iniciar os trabalhos de sua Central de Penas Alternativas, sob o comando do juiz João Marcos Buch, titular da Vara de Execuções Penais. Na lista de prioridades para instalação de novas centrais estão Criciúma, Lages, Chapecó e Blumenau.



TJ e MP pedem urgência em centros socioeducativos



© O desembargador Sérgio Heil (ao centro) em reunião com a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania

A necessidade de urgência no início das obras nos Centros de Atendimento Socioeducativos (Case) na Grande Florianópolis e em Joinville foi tema de reunião entre

representantes da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij) e da Secretaria de Justiça e Cidadania. A reunião, convocada pelo coordenador da Ceij, desembarga-

dor Sérgio Izidoro Heil, foi realizada na primeira semana de outubro, e contou com a participação de representantes do Ministério Público.

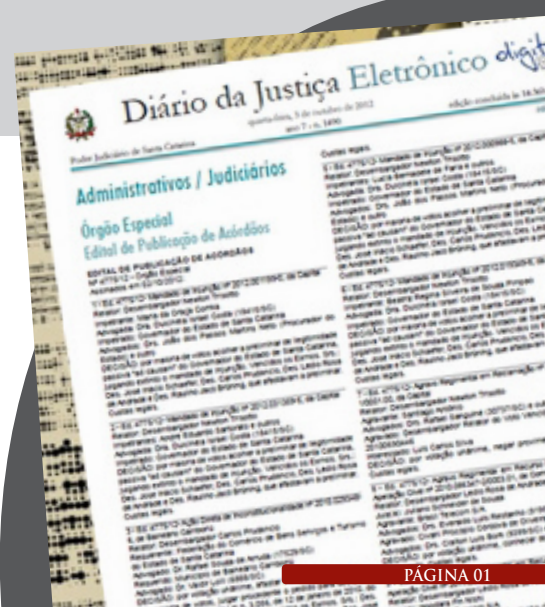
O diretor do Departamento de Administração Socioeducativa da Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, Sady Beck Júnior, prestou informações sobre as ações tomadas para agilizar o início das obras no Case da Grande Florianópolis (São Lucas) e finalizar as do Case de Joinville. Este último, segundo Sady, está com 95% das obras concluídas e depende de contratações para iniciar as atividades.

Tribunal está próximo de publicar todas as suas decisões em 10 dias

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina trabalha para incrementar o índice de implementação da Meta 4 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujo desafio se traduz em lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

Neste ano, o índice médio de cumprimento da meta é de 86,06%, e supera o recomendado pelo CNJ para

o período (65%). O melhor registro ocorreu em julho, com 90,34% dos acórdãos disponibilizados no prazo de 10 dias úteis. No mês de agosto, o último aferido, o índice foi de 88,98%. Para se ter ideia do volume processual, o TJ já providenciou neste ano a publicação de 89.875 decisões - 70.628 proferidas por acórdão e 19.247 por meio de decisões monocráticas.



Plano garantirá acessibilidade em todos os prédios do PJ

O Tribunal de Justiça acaba de disponibilizar, em seu Portal da Transparência, os detalhes que envolvem o recém-elaborado Plano de Acessibilidade, projeto que pretende adaptar todos os prédios e instalações do Poder Judiciário de Santa Catarina às normas de acessibilidade, em benefício dos portadores de necessidades especiais.

Como são mais de 100 edificações em todo o Estado, o Tribunal montou uma programação para execução das obras, que leva em conta aspectos técnicos e a disponibilidade financeira da instituição. Segun-

do o engenheiro Herlei José Cantu, diretor de Engenharia e Arquitetura (DEA) do TJ, além dos prédios a serem construídos e daqueles com previsão de reformas globais e ampliações ao longo dos próximos três anos, todas as demais unidades também passarão por obras que garantam estrito respeito às normas técnicas de acessibilidade.

Para saber mais sobre os projetos e seus prazos, acesse o endereço ele-



Elevadores para cadeirantes no TJSC

trônico do Tribunal de Justiça: www.tjsc.jus.br/transparencia/.

AJ tem nova regulamentação para participação em cursos e eventos

Com o objetivo de alertar magistrados e servidores do Poder Judiciário sobre a necessidade de observar o teor da regulamentação de participações e emissão de certificados nos cursos e eventos realizados pela Academia Judicial ou por outras instituições parceiras, o Centro de Estudos Jurídicos divulgou a Resolução 13/2012-GP.

A norma traz, dentre outras alterações, a implementação da restituição de despesas administrativas arcadas pelo TJSC em caso de desistência não comunicada no prazo estabelecido, reprovação ou frequência insuficiente no curso ou evento. Há previsão, ainda, de impedimento para participação em outro curso ou evento no prazo de seis meses.

Perfil: *Servidor do Judiciário*



Você tem ou conhece alguém que tenha algo de interessante para dividir com os colegas?

Em cada edição do boletim Veredicto criamos um espaço destinado a contar um pouco da história dos servidores do Poder Judiciário catarinense, dentro e fora das comarcas. Já foram 107 pessoas entrevistadas nestes seis anos de publicações, do Extremo Oeste ao TJ!

Entre em contato com a Assessoria de Imprensa através do nosso e-mail ai@tjsc.jus.br ou do telefone (48)3287.2910 e colabore! **Você é o nosso assunto!**

As provas orais do Concurso para Magistratura começam em SC



O Tribunal de Justiça deu início nesta mês à etapa considerada mais angustiante e dramática do Concurso para Ingresso na Magistratura: as provas orais. Até o final de outubro serão sabatinados 74 candidatos que restam na disputa pelas 21 vagas existentes. Os candidatos respondem a questões elaboradas pelos 10 integrantes da banca, sobre 13 matérias de distintas áreas do Direito: Penal, Civil, Eleitoral, Tributário, Constitucional, do Consumidor, ECA, Ética, Doutrina, Jurisprudência, etc.